



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA SOCIAIS**

GEVANILDO DOS SANTOS SILVA

**O SISTEMA MODULAR DE ENSINO EM ABAETETUBA: trajetórias de  
implantação e afirmação do SOME no Rio Piquiarana-Açú**

ABAETETUBA-PA  
2023

GEVANILDO DOS SANTOS SILVA

**O SISTEMA MODULAR DE ENSINO EM ABAETETUBA: trajetórias de implantação e afirmação do SOME no Rio Piquiarana-Açú**

Trabalho de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, Faculdade de Educação e Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento.

ABAETETUBA – PA  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

S586s Silva, Gevanildo dos Santos.  
O sistema modular de ensino em Abaetetuba :  
trajetórias de implantação e afirmação do SOME no rio  
Piquiarana-Açu / Gevanildo dos Santos Silva. — 2024.  
22 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento  
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba,  
Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2024.

1. Sistema de organização modular de ensino. 2.  
História do SOME em Abaetetuba/PA. 3. Comunidade  
de Piquiarana-Açu. I. Título.

CDD 370.91734

---

GEVANILDO DOS SANTOS SILVA

**O SISTEMA MODULAR DE ENSINO EM ABAETETUBA: trajetórias de implantação e afirmação do SOME no Rio Piquiarana-Açú**

Trabalho de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba, Faculdade de Educação e Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Sérgio Bandeira Nascimento

---

Prof.

---

Prof.

ABAETETUBA – PA  
2023

## O SISTEMA MODULAR DE ENSINO EM ABAETETUBA: trajetórias de implantação e afirmação do SOME no Rio Piquiarana-Açú

Gevanildo Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O estudo discute sobre as trajetórias de implantação e afirmação do SOME no município de Abaetetuba, particularmente na comunidade de Piquiarana-Açu. O SOME surge como um projeto de ensino voltado para suprir a ausência do então ensino de 2º grau em diversas localidades no interior do extenso estado do Pará, e oferecer oportunidade de conclusão da educação básica em um local próximo à sua casa. O objetivo principal consiste em compreender a importância do SOME para as localidades ribeirinhas, bem como suas principais dificuldades na oferta do ensino, com foco na localidade do Rio Piquiarana-Açú. Para tal utilizou-se a abordagem qualitativa, sendo realizada uma pesquisa bibliográfica. Para isso, realizou-se o estudo de autores que já discutiram e avaliaram a temática do ponto de vista histórico e relevante, além de usarmos algumas legislações. Foi realizada a descrição dos fatos que compõem a trajetória histórica do SOME no Pará, depois em Abaetetuba e em seguida, na Comunidade do Rio Piquiarana-Açú. Após, se estabeleceu uma discussão a respeito da relevância e das dificuldades e limitações apresentadas na execução do Projeto. Conclui-se que o Sistema de Organização Modular de Ensino — SOME; surgiu como uma estratégia inovadora tendo a finalidade de suprir a falta da oferta do Ensino Médio no Pará e além deste, o Ensino Fundamental Maior, em Abaetetuba e em outras regiões interioranas do Estado. E que, apesar das dificuldades e instabilidades encontradas no projeto, evidencia-se como de suma importância para as localidades por ele atendidas.

**Palavras-chave:** Sistema de Organização Modular de Ensino; História do SOME em Abaetetuba/PA; Comunidade de Piquiarana-Açu.

**ABSTRACT:** The study discusses the implementation and affirmation trajectories of SOME in the municipality of Abaetetuba, particularly in the community of Piquiarana-Açu. SOME emerges as a teaching project aimed at making up for the absence of 2nd grade education in several locations in the interior of the extensive state of Pará, and offering the opportunity to complete basic education in a place close to your home. The main objective is to understand the importance of SOME for riverside localities, as well as its main difficulties in the provision of education, focusing on the locality of the Piquiarana-Açú River. To this end, a qualitative approach was used, and bibliographic research was carried out. To this end, we studied authors who have

---

<sup>1</sup> O autor é graduando do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação e Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Abaetetuba. Email: [gevanildosilva56@gmail.com](mailto:gevanildosilva56@gmail.com).

already discussed and evaluated the theme from a historical and relevant point of view, in addition to using some legislation. A description of the facts that make up the historical trajectory of SOME in Pará, then in Abaetetuba and then in the Community of the Piquiarana-Açú River was carried out. After that, a discussion was established about the relevance and the difficulties and limitations presented in the execution of the Project. It is concluded that the Modular Teaching Organization System — SOME; emerged as an innovative strategy with the purpose of making up for the lack of high school in Pará and beyond this, the Higher Elementary School, in Abaetetuba and in other interior regions of the state. And that, despite the difficulties and instabilities found in the project, is of paramount importance for the localities served by it.

**Keywords:** Modular Teaching Organization System; History of SOME in Abaetetuba/PA; Community of Piquiarana-Açu.

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a Educação é direito de todos, como definido no Art. 205 da Constituição Federal de 1988. E o SOME foi uma maneira criada para oferecer aos alunos Ensino Fundamental do 6.º ao 9.º ano, e do Ensino Médio, residentes em localidade distante dos centros urbanos, a oportunidade de concluir a educação básica em um local próximo à sua casa.

Nosso estudo está inserido na temática do Sistema de Organização Modular de Ensino — SOME, que é uma modalidade de ensino ministrada em blocos de disciplinas, com cada bloco durando em média 2 meses e funcionando 4 blocos a cada ano letivo. Foi uma estratégia criada e adotada primordialmente no Estado do Pará no início da década de 1980; com a finalidade de atender comunidades da zona interiorana dos municípios mais distantes da capital.

Anteriormente à existência desta modalidade de ensino, os estudantes que moravam nessas localidades precisavam se deslocar para a cidade ou vila mais próxima para assim concluir a Educação Básica; e muitos não continuavam os estudos por falta de recursos para realizar esse deslocamento.

Por isso se faz importante esta discussão, pois o ensino modular atende grande parte da população do Pará, principalmente no Município de Abaetetuba; e é

também o único meio presente em muitas localidades que oferece a oportunidade de concluir a Educação Básica.

Tomamos como objetivo principal compreender a trajetória de implantação e a importância do SOME para as comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba, com ênfase na Comunidade de Piquiarana-Açu. O nosso problema de pesquisa está orientado pela seguinte questão: **qual a importância do SOME para as comunidades ribeirinhas no município de Abaetetuba?**

Justifica-se o estudo desta temática tendo como motivação a investigação das oportunidades e dificuldades encontradas no Sistema de Organização Modular De Ensino — SOME, no município de Abaetetuba. Particularmente por ser egresso do SOME como discente nessa mesma localidade e vivenciei uma série de situações que me conduziram a pensar um estudo inserido nesse tema.

A relevância acadêmica deste estudo consiste na produção de conhecimento, por um discente da universidade, contribuindo assim, para o crescimento da instituição, para esta atingir seus objetivos. E contém importância no campo científico, pois o trabalho é baseado na ciência, tendo em vista, que no cenário atual, a ciência vem sofrendo ataques e está sendo massacrada, nosso trabalho contribuirá para o crescimento e fortalecimento da ciência.

No plano metodológico, utilizaremos a abordagem qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.31), é aquela que se preocupa com os dados que não podem ser quantificados e “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”

Com objetivo de analisarmos as condições oferecidas pelo SOME, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, que será a nossa base teórica e analítica. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 37), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*.”

Para isso, faremos estudo de autores que já discutiram e avaliaram a temática do ponto de vista histórico e relevante, como Tavares Neto (2020); Queiroz (2010); Miranda *et al* (2010); Rodrigues (2016); Moutinho (2010), além de usarmos algumas legislações e das publicações no blog do professor José Ribamar de Oliveira.

O artigo está organizado da seguinte maneira. O texto se inicia com a introdução, onde a temática é apresentada, bem como os pressupostos

metodológicos, justificativa e objetivos propostos. Logo em seguida é realizada a contextualização histórica do SOME partindo do macro para o micro: iniciando na história no Estado do Pará; passando pela sua institucionalização no Município de Abaetetuba e culminando na descrição dos eventos que ocorreram na sua implantação no Rio Piquiarana-Açú. Após, busca-se fazer uma análise a respeito da relevância e possíveis limitações apresentadas na execução do SOME e são finalmente apresentadas, as nossas considerações finais obtidas após o estudo.

## **2 Trajetória Histórica do SOME no Pará**

O SOME, no Estado do Pará, se estabelece como uma alternativa para suprir a demanda de atendimento educacional no ensino de 2º Grau, atual Ensino Médio. O ano era 1980 e a Fundação Educacional do Estado do Pará — FEP, até então, responsável pela administração das escolas de 2º Grau e Ensino superior, detectou a ausência de escolas presentes nos municípios paraenses, que ofertassem uma alternativa de continuação para os concluintes do 1º Grau. “Naquele ano, o Pará possuía 83 municípios em seu vasto e diversificado território, e, em apenas 18 deles, existia o ensino de 2º Grau, ministrado de maneira regular.” (Moutinho, 2020, p. 17).

Em vista disso, foi criada uma proposta que possibilitasse a presença desse grau de ensino nos municípios do Estado. Após um diagnóstico da realidade socioeconômico-educacional de municípios, foi criado o Sistema de Organização Modular de Ensino — SOME.

Em março de 1980, após ter realizado um diagnóstico educacional em 11 municípios, a FEP optou por implantar em caráter experimental o Sistema de Educação Modular de Ensino, nos municípios de Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Nova Timboteua e Curuçá, por considerar que os mesmos apresentavam as condições mais favoráveis para iniciar seu experimento. (Tavares Neto, 2020, p.220)

A escolha desses municípios se baseou em suas características e necessidades, como: maior demanda local; apoio da prefeitura municipal; além do apoio do governo estadual. (Tavares Neto, 2020, p. 220). Realizada a escolha desses municípios foi implantado em 15 de abril de 1980 o SOME, “sendo regularizado pela resolução n.º 161 de 03 de novembro de 1982, do Conselho Estadual de Educação.” (Oliveira, 2010).

Segundo Moutinho (2020), o SOME, inicialmente, possuía uma estrutura organizada em blocos de disciplinas, totalizando quatro módulos, cada módulo contendo três disciplinas ou mais, considerando as possíveis afinidades entre elas. Os quatro módulos faziam parte de três fases que correspondiam às três séries do 2º Grau. Cada município receberia um módulo e após, era feito o rodízio até que os quatro municípios fossem atendidos pelos quatro módulos.

Podemos observar melhor na tabela exemplificada abaixo:

Tabela 1: Organização do SOME

Período		22/04	02/07	08/09	17/11
		a 27/06	a 04/09	a 13/11	a 27/01
Módulo	I	A	B	C	D
	II	B	C	D	A
	III	C	D	A	B
	IV	D	A	B	C

Fonte: Moutinho, M. V. C. 2020.

“Obedecendo a essa dinâmica, de oferta por módulos de disciplinas, os professores/as contratados em Belém deveriam se deslocar para os municípios do interior.” (Tavares Neto, 2020, p.222). Inicialmente, o quadro de professores era composto por 5 professores vindos da capital e mais um professor de Educação Física que deveria ser do município. (Moutinho, 2020).

Ressalta-se ainda, a partir da fala de Queiroz (2010), ao afirmar que:

O projeto modular desenvolve-se por meio de quatro blocos de disciplinas, ministradas ao longo do ano letivo por quatro equipes de professores itinerantes que se movimentam em um esquema de rodízio permanente. Cada bloco de disciplinas ofertado corresponde a um módulo, que deve ser trabalhado em 56 dias letivos. (Queiroz, 2010, p. 54)

Após sua implantação, no mesmo ano, o SOME conseguiu mostrar sua importância e capacidade de atender aquilo para o qual se propôs. Sendo apresentado para todos os Secretários Estaduais de Educação e Presidentes dos Conselhos Estaduais de Educação do Brasil, em Brasília. (Moutinho, 2020).

Com a constatação de que o sistema funcionava e conseguia atingir seus objetivos, no ano posterior à sua fundação, o SOME foi implantado em mais 4 municípios: Ponta de Pedras, Mocajuba, São Francisco do Pará e Maracanã.

Ofertando, além do 2º Grau, a Habilitação Básica em Administração. (Moutinho, 2020).

A nova avaliação do que acontecera com as duas etapas implantadas levou a que, em 1982, os municípios de Irituia, Breves, Primavera e São Domingos do Capim tivessem a implantação do SOME. No ano seguinte, foi a vez dos municípios Moju, Colares, Salvaterra e Muaná. (Moutinho, 2020, p. 20).

A partir das avaliações internas pelas quais o projeto passava, foi percebido um grau de eficiência considerável, “[...] particularmente expresso em seus 95% de aprovação, acima do percentual apresentado pela rede pública regular. O índice preocupante estava relacionado à evasão, com 19%” (Tavares Neto, 2020, p. 223)

Com base nos efeitos favoráveis o SOME foi ganhando abrangência e a cada ano eram acrescentados 4 novos municípios ao programa. Em 1982 o projeto atendia 12 municípios e contava com um total de 1.175 alunos matriculados. Neste mesmo ano, a organização dos ensinos de 1.º e 2.º Graus passa a ser responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação — SEDUC, e conseqüentemente, o SOME passa a ser gerido e implementado, também, por ela.

Nos anos que de 1983 a 1987<sup>2</sup> o SOME cresceu exponencialmente nos interiores do Estado, atingindo a quantia de 40 comunidades atendidas em 1986, tendo um decréscimo em 1987, quando a quantidade de comunidades atendidas eram 38. Porém, o número de alunos matriculados, caminhou de forma ascendente, passando de 1.175 no início do período, para 4.146 em 1987. (Tavares Neto, 2020)

Com a mudança no governo, nos 4 anos que se seguiram, o SOME não teve um crescimento expressivo como estava tendo nos anos anteriores. Dentre os principais motivos, pode-se destacar a priorização do atendimento ao Ensino Fundamental, deixando a oferta do Ensino Médio direcionada para a capital do Estado; dificuldades no suporte financeiro e também resultado da política do governo época, que, em seu Plano Estadual de Educação — PEE, não faz nenhuma referência ao projeto modular, apesar de sua clara relevância para a educação estadual da época. Ainda assim, apesar dos contratemplos, em 1991 o SOME já

---

<sup>2</sup> Apresenta-se a trajetória em período de 4 em 4 anos, levando em consideração a análise feita por Tavares Neto, 1998, em sua dissertação de Mestrado; tendo como referência o artigo de mesma autoria e baseado na dissertação, produzido em 2020. O qual faz parte de uma coletânea que compõe o livro “*EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA EM REPERTÓRIO DE SABERES*” 2020.

estava presente em 54 localidades, demonstrando continuar sendo uma alternativa efetiva para a educação do 2º Grau. (Tavares Neto, 2020)

No início do período que se estendeu de 1991 a 1994, a política usada, era a mesma do PEE do governo anterior, ocasionando no crescimento e desenvolvimento lento do SOME durante esse período. Isso mudou no final de 1993, quando foi criado o Plano Decenal de Educação Para Todos (1993 – 2003). Com a formulação desse plano, o “**projeto modular**” se apresenta como sendo “alternativa menos dispendiosa e mais veloz” para que o ensino médio alcance a maioria da população do estado e democratize a educação, que era uma das metas do plano. Como resultado, em 1994, o SOME já estava presente em mais de 100 localidades e tinha matriculados 8.150 alunos. No final do mesmo ano, o SOME passa a atender o ensino fundamental de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries. Iniciando com esse novo modelo no município de Aveiro, depois passando a atender Abaetetuba, em 1996 e Igarapé-Miri em 1998. (Tavares Neto, 2020).

Ressaltamos que esse é o momento em que o município de Abaetetuba passa a ter a experiência inovadora no próprio SOME com a oferta do Ensino de Primeiro Grau (5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> series), sendo o segundo município paraense a vivenciar essa experiência no Ensino Primário.

No início de 1995, apresentou-se uma reforma no Estado Brasileiro, definida no Plano Nacional. Buscava-se estabelecer um “modelo gerencial” no país. Era pretendido introduzir um discurso de modernização, visando índices crescentes de eficiência e eficácia. Em consequência a isso, o SOME sofreu grandes impactos nesse período, com o início do ano letivo de 1995 atrasado, por conta da demora no pagamento de ajuda de custo e passagem aérea dos professores. O que causou grande apreensão nos estudantes das muitas localidades do interior do Estado. (Tavares Neto, 2020)

A partir da nova ideologia, desenvolvida pela SEDUC, foi exigida uma reestruturação no programa. A ideia era polarizar, ou seja, criar centros de administração próximos às comunidades atendidas pelo projeto, estabelecendo assim, polos regionais estratégicos, que eram dirigidos pelas UREs — Unidades Regionais de Educação. (Tavares Neto, 2020)

Durante esse período, o SOME não teve quase nenhuma evolução, tendo o menor crescimento produzido até o momento, sendo incorporadas apenas 8 localidades, passando de 109 localidades em 1995 para 117 localidades em 1998,

apesar disso, o número de matrículas quase dobrou, passando de 8.305 em 1995 para 14.013, isso devido à “racionalização imposta nesse período, aumentando o número de alunos mínimo para abertura e manutenção de novas turmas, ao mesmo tempo em que propunha a junção de turmas com número reduzido de alunos”. (Tavares Neto, 2020, p.235)

“No período de 1980–1998, o SOME se apresentou de forma destacada como condutor da política de expansão do ensino de 2º grau, para os municípios do interior do Pará.” (Tavares Neto, 2020, p.235) Comprovado seu resultado positivo, o SOME se estabeleceu como alternativa e possibilidade de implantação e expansão do ensino de 2º Grau em muitos municípios do interior do Pará. Tendo como principais características o baixo custo financeiro e a formação de professores para as séries iniciais, com a oferta de Habilitação no Magistério. Assim sendo, combatendo a “carência do sistema público de ensino”, ultrapassando obstáculos estruturais, físicos e ideológicos, o SOME se estabeleceu e consolidou sua presença no Estado do Pará, garantindo acesso ao ensino em 82 dos 143 municípios paraenses até o final da década de 90. (Tavares Neto, 2020).

No ano de 2014 o SOME passou a ser regulamentado com Política Pública Educacional do Estado do Pará. (Miranda *et al*, 2020). E conforme afirma Oliveira (2023):

O Estado do Pará foi o pioneiro neste tipo de projeto no país e serviu de modelo para outros Estados como o Amapá, Amazonas; diversos municípios, como o modular municipal do ensino fundamental, como no município de Concórdia do Pará, entre outros e diversos modelos para outros países, como o México... (Oliveira, 2023).

A partir de então o SOME se estabelece como alternativa definitiva para a oferta do Ensino Médio para várias cidades do interior paraense.

### **3 O Processo de Instituição do SOME em Abaetetuba/Pa**

O município de Abaetetuba, é pertencente à mesorregião Nordeste do Estado do Pará e microrregião de Cametá. Segundo o IBGE (2022), sua população é estimada em 158.188 habitantes e possui uma área territorial de 1.610,654 km<sup>2</sup>, tendo como área urbanizada, segundo dados de 2019, 26,17 km<sup>2</sup>, sendo o restante constituído de ilhas, ramais e estradas.

Frente a características como essas, torna-se desafiador oferecer educação de qualidade para todos, tendo que trabalhar dentro de uma logística que demanda, principalmente, a locomoção de professores para os interiores do município; além de outros fatores que agravam a situação. Olhando sob a ótica atual, com o aumento das tecnologias e dos meios de transporte e locomoção, que são mais ágeis e menos custosos; ainda se apresentam percalços e obstáculos na oferta de um ensino gratuito e de qualidade para a população residente nas áreas rurais do município. Se essa situação aparenta ser complicada na atualidade, tentamos imaginar o quanto era a quase três décadas atrás.

Diante de um cenário de precariedade na educação básica, é que, em 1996, após décadas sem a oferta de ensino fundamental maior e médio, o SOME foi implantado nas comunidades ribeirinhas do município. Porém, diferente do que era proposto e estabelecido nos outros municípios do Estado (com a oferta do Ensino Médio), em Abaetetuba, o SOME foi implementado com o objetivo de suprir a ausência da oferta do Ensino Fundamental maior (5<sup>a</sup>-8<sup>a</sup> séries, atuais 6<sup>o</sup>-9<sup>o</sup> anos<sup>3</sup>).

Seguindo a dinâmica do projeto, o SOME foi instaurado, inicialmente em 4 comunidades ribeirinhas, os rios Ajuai, Furo Grande, Itacuruçá e Urubueua; “no intuito de suprir a demanda educacional existente no Ensino Fundamental dessas comunidades.” (Miranda *et al*, 2020). Tinha como centro administrativo a Unidade Regional de Educação (3<sup>a</sup> URE), na Secretaria Municipal de Educação. (Queiroz, 2010). Tendo como escola polo a Escola Municipal Bernardino Pereira de Barros até o ano de 2018, quando foi transferido para Benvinda Araújo Pontes, onde funciona até hoje.

Nestas localidades, assim como em todas as outras comunidades ribeirinhas do município, as escolas (quando existiam), ofertavam somente até a 4<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental. O que gerava um grande índice de evasão escolar, já que a maioria das famílias não tinha condições de mandar seus filhos para concluir a educação básica no centro urbano do município ou em outra vila mais próxima que tivesse oferta do Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio.

Sendo assim, o SOME fundamental, em Abaetetuba/Pa foi uma reivindicação das Comunidades, em parceria com a Associação dos Moradores das Ilhas — AMIA e alguns políticos locais. À vista disso, em consonância com a SEMEC e SEDUC,

<sup>3</sup> A terminologia para as turmas do Ensino Fundamental foi alterada, então ao utilizarmos o termo série juntamente com o número correspondente à turma; estamos nos referindo ao ano subsequente à ela; evitaremos mencionar daqui em diante os dois termos; para evitar parecer redundantes.

foram estabelecidos os parâmetros para que o projeto pudesse ser implantado: mínimo de 45 alunos matriculados; a SEDUC seria a mantenedora do programa; e a parte física ficaria por conta da prefeitura (moradia para os professores; escolas, alimentação, etc.). (Miranda *et al*, 2020).

Sendo definidas as funções de cada um, o SOME enfim foi implantado nas primeiras ilhas de Abaetetuba, tendo como polo as 4 comunidades principais, mas com outras localidades vizinhas integrando o projeto. Como podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 2: Comunidades ribeirinhas integrantes do SOME em 1996

Comunidade/Polo	Rios/Comunidades integrantes
Comunidade Itacuruça ( área quilombola)	Rio Baixo Itacuruça; Rio Médio Itacuruçá; Rio Alto Itacuruça; Rio Ipanema; Rio Arapu; Rio Curupere; Rio Arapapuzinho.
Comunidade Furo Grande	Rio Tucumanduba; Rio Furo grande; Rio Quianduba; Rio Bacuri; Costa Maratauí- ra; Rio Jupariquara; Furo Gentil; Rio Cui- tinga.
Comunidade Ajuai	Costa Marapatá; Rio Alto Paruru, Rio Baixo Paruru, Rio Ajuazinho, Ajuai Cabeceira.
Comunidade Urubuêua	Rio da Prata; Rio Xingu; Rio doce; Rio Uru- bueua Cabeceira; Rio Urubueua Fatima; Rio Sapucajuba; Rio Assacu.

Fonte: Miranda, C. S. *et al*. 2020.

As turmas eram ofertadas nos diferentes turnos, o que ocasionou em turmas com faixa etária bastante diversa. Por conta de a maioria ter que trabalhar durante à manhã e só poder estudar à tarde ou à noite, por que há tempo haviam terminado o Ensino Fundamental Menor e, até então não tiveram a oportunidade de continuar os estudos.

As turmas funcionavam em escolas com pouca infraestrutura, sem energia elétrica, água encanada e ventilação, ou barracões cedidos pela Igreja Católica. A vista disso, foram organizados projetos para melhorar o espaço físico, resultado na mobilização da comunidade em mutirões para construção e reformas das escolas para poderem melhor atender o projeto. (Miranda *et al*, 2020).

O SOME iniciou atendendo a 5ª série do Ensino Fundamental, e foi sendo adicionada uma série a cada ano, ou seja,

A cada ano, uma série subsequente, chegando ao Ensino Médio no ano de 2000. Expandiu-se para outras localidades de forma acelerada, tais como:

Rio Caripetuba, Rio Capim, Rio Doce, Rio da Prata, Rio Quianduba, Rio Tucumanduba, Rio Paramajó. (Queiroz, 2010, p.58, 59)

Com a demanda crescente, o SOME se expandiu e começou a ofertar também o Ensino Médio, além de que o modelo de oferta do Ensino Fundamental, começou a ser implantado em municípios onde já tinha a presença do SOME/Médio. “O SOME afirmou-se definitivamente como uma alternativa séria, coerente, e como um compromisso político-social do estado com as comunidades interioranas.” (Queiroz, 2010, p. 88).

É importante ressaltar que o SOME em Abaetetuba assume uma configuração diferenciada no estado do Pará, pois foi primeiramente ofertado no Nível Fundamental para ser posteriormente ofertado no Ensino Médio.

#### **4 O SOME na Comunidade do Rio Piquiarana-Açú**

O Rio Piquiarana-Açú é uma das ilhas pertencentes ao município de Abaetetuba, é uma comunidade ribeirinha banhada pelo Rio Maratauíra, afluente do Rio Tocantins. A população encontra sua subsistência, principalmente da extração, compra e venda do açai. Existem muitos que ainda utilizam da pesca para levar o sustento às suas famílias. Durante a época da Piracema<sup>4</sup>, eles recebem o Seguro Defeso, que “é um benefício de um salário mínimo que o INSS — Instituto Nacional do Seguro Social, paga a pessoas que dependem exclusivamente da pesca de pequeno porte.” (Brasil, 2024).

A comunidade está se desenvolvendo de uma forma relativamente rápida, com acesso à internet com fibra ótica, posto de combustível, vários estabelecimentos comerciais, vários microempreendedores nas áreas de confeitaria e beleza, e até academia de musculação. É notável a presença Cristã Religiosa, tendo várias igrejas, entre elas, várias congregações da Assembleia de Deus; uma Igreja Católica; uma Igreja Adventista do Sétimo Dia e duas Igrejas Pentecostais.

Estão presentes na região, duas escolas, uma que tem oferta da Educação Infantil até ao 4º ano do Ensino Fundamental e a outra que tem oferta do Maternal a partir de 3 anos de idade, até o 5º ano do Ensino Fundamental, gerido pelo sistema Municipal de Ensino, e do 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, ofertado pelo SOME. A escola possui, atualmente, 8 salas, sendo que 7

---

<sup>4</sup> Piracema: é a época quando os peixes se descolam rio acima com a finalidade de reprodução; esse fenômeno é muito importante para a manutenção das espécies.

funcionam como salas de aula e uma como sala da diretora e secretaria. A instituição dispõe de cozinha e banheiros e tem abastecimento de água proveniente de poço artesiano.

Ela é a principal escola da região, atendendo até comunidades vizinhas. Funciona em prédio próprio, construído pela prefeitura; e tem todas as turmas funcionando, do Maternal — 3 anos, até o 3º do Ensino Médio. Porém, essa nem sempre foi a realidade presente na comunidade. As primeiras escolas que funcionavam na comunidade, somente ofertavam a Educação Infantil e o Ensino fundamental Menor; operando em casas cedidas pelos moradores, depois passando para barracões, até quando foi construída a escola.

O SOME/fundamental foi implantado na comunidade, no ano de 2004, ofertando a 5ª série do ensino fundamental. Anteriormente à chegada do projeto na localidade, a maioria dos que concluíam a primeira etapa do Ensino Fundamental, não continuavam seus estudos, pois as famílias não tinham condições de mandá-los para outros lugares. Devido a isso, no primeiro ano de funcionamento do programa, foram criadas 3 turmas de 5ª série, cada uma funcionando em um turno: matutino, vespertino e noturno. Com a finalidade de suprir a procura pelo ensino, que era bastante recorrente na época.

No ano seguinte, as três turmas iniciaram a 6ª série e foram criadas outras duas 5ª séries. A cada ano consecutivo, novas turmas eram sendo acrescentadas e a necessidade por espaço ficava mais evidente; já que a primeira escola edificada pelo governo municipal, foi destruída por conta de que o terreno onde fora construída era cedido, e foi tomado de volta pelos ditos “doadores”.

Por conta disso, foi necessário que mudassem o local da escola várias vezes, o que ocasionou no funcionamento dela em casas cedidas por alguns moradores; até o momento em que foi adquirido um terreno perto da Igreja Católica e construída uma nova escola; porém não dispunha de salas suficientes para todas as turmas. Quanto a isso, foi resolvido o problema após a Igreja ceder o espaço do seu barracão para que as aulas pudessem ser ministradas lá.

O local era bastante espaçoso, sendo necessário fazer uma divisória improvisada; para isso utilizou-se placas de madeira de compensado. Isso resultou em vários problemas, sendo o principal deles, a interferência por conta do barulho; já que as salas improvisadas ficavam uma ao lado da outra e a acústica colaborava para a melhor propagação do som.

Ainda assim o Projeto se manteve firme; e assim que eram construídas novas salas de aula na escola, as turmas iam, aos poucos, migrando para ela, iniciando nas turmas correspondentes às menores faixas etárias, até chegar nas maiores. Sendo assim, as três turmas iniciais seguiram separadas até a 8ª série, quando foram unificadas em uma única turma, por conta de muitos alunos terem se mudado de residência ou evadido. Passando a funcionar em um único turno.

Os anos que se seguiram, formaram um processo de adaptação tanto para os alunos, quanto para os professores do SOME. Para os professores, isso teve relação com o estabelecimento da casa dos professores presente na comunidade; o transporte, tanto da cidade para a localidade, quanto na localidade; já que a moradia a eles cedida ficava (e ainda fica) a mais ou menos 300 metros da escola.

Para os alunos as adaptações ocorreram no sentido de se adaptar à nova rotinas de estudos; aos horários, principalmente se o turno referente à turma era a manhã, já que muitos precisavam trabalhar para ajudar nas despesas familiares; para muitos que moravam longe da escola, e em outras comunidades, o transporte também foi uma questão de adaptação. A maioria se deslocava a remo, tendo que navegar horas pelo rio até chegar na escola, tendo que enfrentar o sol da tarde, e muitas vezes chuva. Mas isso não era motivo para desistir, até que foi disponibilizado rabeteiros<sup>5</sup> para transportar os alunos para a escola.

Assim sendo, o SOME conseguiu se firmar na localidade oferecendo oportunidade de Educação para muitos ribeirinhos residentes no Rio Piquiarana-Açú e comunidades vizinhas. Foi em meio a vários obstáculos vencidos e reivindicações conquistadas, que no ano de 2010, se formou a primeira turma do SOME no Ensino Médio, no Rio Piquiarana-Açú, composta de 31 alunos.

O que marcou o início de uma jornada de grande importância e significância para todos os futuros estudantes da comunidade; que daquele momento em diante tinham a oportunidade de continuar seus estudos ingressando em um curso técnico ou superior, melhorando seu currículo e aumentando a expectativa de conseguir um bom emprego e ganhar uma melhor qualidade de vida e subsistência.

## **5 Uma análise sobre o SOME na Educação Ribeirinha**

---

<sup>5</sup> Como são conhecidos os pilotos das embarcações que transportam os alunos para a escola. Normalmente é uma rabeta ou barco de pequeno porte, com cobertura ou não, movidos a motor que utiliza óleo diesel como combustível.

Após a descrição do funcionamento do SOME e uma breve explanação dos fatos ocorridos durante sua implantação no Estado do Pará, no Município de Abaetetuba e na comunidade ribeirinha do Rio Piquiarana-Açú, buscaremos estabelecer uma análise sobre a relevância do Projeto, bem como suas principais dificuldades apresentadas durante a execução do mesmo.

Tomaremos como base teórica pesquisas feitas anteriormente na mesma temática; ao mesmo tempo que utilizaremos o conhecimento empírico adquirido pelo autor deste artigo durante seus anos de vivência como estudante do SOME na comunidade do Rio Piquiarana-Açú.

Dito isto, destacam-se dois pontos importantes: oportunidade de concluir a Educação Básica e a falta de estrutura adequada e satisfatória no desenvolvimento do Projeto. Que fazem parte dos resultados de algumas pesquisas analisadas, tais como a de Rodrigues (2016), em Breves/Pa; e a de Queiroz (2010), em Abaetetuba/Pa; ao mesmo tempo que demonstram ser recorrentes na maioria das localidades atendidas pelo SOME, bem como na referida comunidade.

A partir da história descrita nos tópicos acima, se reconhece a relevância e a total importância do Ensino Modular no Estado do Pará. Tal afirmação pode ser comprovada a partir da análise feita da quantidade alunos matriculados e formados pelo Programa todos os anos; bem como sua instituição como Política Pública, instituído pela Lei nº. 7.806, de 29 de abril de 2014, que afirma no Parágrafo Único do seu 2º Art.:

O Ensino Modular é direcionado à expansão das oportunidades educacionais em nível de ensino fundamental e médio para a população escolar do interior do Estado, onde não existir o ensino regular, de modo complementar ao ensino municipal. (Pará, 2014)

A declaração é sustentada nas conclusões do trabalho de mestrado de Queiroz (2010), quando ela afirma que sob a ótica dos alunos:

[..] o SOME contribui para o desenvolvimento socioeducacional, justamente a partir do momento que ele inicia o nível médio, possibilitando-lhe o aumento da escolaridade, o que significa uma porta de entrada para novas oportunidades, com chance para a inserção no mercado de trabalho. Embora não assegure um trabalho de qualidade, é um começo para buscar qualificação profissional. (Queiroz, 2010, p. 88, 89)

A alegação pode ser confirmada também quando Rodrigues (2016, p. 125) declara que o Projeto é capaz de “promover a garantia do acesso à educação a parcelas significativas da população paraense; por permitir a um grupo cada vez maior de sujeitos, a formação em um nível que, há algum tempo, parecia utópico a sua realidade.”

Além de notarmos tal evidência nos relatos de alunos que concluíram seus estudos pelo SOME e puderam, assim, ingressar em um curso superior e realizar contribuições válidas para a pesquisa no Estado do Pará, e também implantar em sua família e comunidade um sentimento de realização. Como visto no exemplo de Mendes e Gaia (2010), que declaram:

Para um camponês ou ribeirinho que remou, plantou, colheu, entre outras atividades para sustentar os filhos, vê-los concluir essa etapa final do ensino básico, da qual não tiveram oportunidade, e ainda no seu berço familiar, alcançar uma Universidade, era uma utopia **e a presença do SOME tornou-se realidade para esta comunidade**. (Mendes e Gaia, 2010, p. 251, grifo nosso).

Para exemplificar tal significância do SOME, o leitor pode ser convencido a partir do momento que é lembrado que o artigo que tem em mãos é fruto da escrita de um aluno egresso do Ensino Modular. Fato que é apoiado por Rodrigues (2016, p. 115), ao afirmar que “ao mesmo tempo em que para alguns egressos o SOME é a instância terminal dos estudos, é também notória a entrada de egressos do sistema no ensino superior como uma tendência emergente.” Sendo assim, espera-se que fique claro o significado e valor que o SOME tem para a população atendida por ele.

O segundo ponto sobre o qual discute-se aqui, são as dificuldades apresentadas durante a execução do Programa. Pretende-se deixar claro que já foi provado que o SOME apresenta muitas limitações em vários âmbitos; porém aqui são detalhadas apenas duas, consideradas estas de maior relevância no texto que se propõem discorrer.

A primeira irregularidade que pode ser notada no SOME é discrepância no conteúdo quando comparado com o Ensino Regular. O que é resultado sobretudo na necessidade de ter que desenvolver as disciplinas em um período curto de tempo, como pondera Rodrigues (2016, p. 99): “o problema parece mesmo recair no que acaba se convertendo em um tempo aligeirado do ensino no modular.”

Fato que acaba sendo agravado quando falta professor para alguma disciplina e precisa haver reposição. Que ocorre em um módulo de reposição, que normalmente dura de 15 a 25 dias; período no qual não pode ser ministrado o conteúdo mínimo referente aquele componente curricular. Isso quando tem professores para realizar essa ação, se não existem discentes, a turma fica sem estudar o devido conteúdo. “De um modo ou de outro, as consequências recaem na aprendizagem do aluno, o maior prejudicado pelo não cumprimento da carga horária das disciplinas.” (Rodrigues, 2016, p. 99)

Esses é um dos agravantes que contribuem para existir a segunda limitação no Sistema Modular a respeito da qual pretende-se discutir aqui: a evasão escolar.

A evasão é um fato recorrente, não somente no Ensino Modular, como também no regular, mas o que se objetiva expor aqui, é quais os motivos aparentes que contribuem para que o cenário, assim descrito, se estabeleça.

Dentre as causas destaca-se a desmotivação frente as dificuldades que se apresentam. Como a falta de recursos físicos e pedagógicos, fato que pode ser notado nas falas de um gestor na pesquisa de Queiroz (2010, p.77):

O SOME é implantado na localidade e é esquecido pela Secretaria de Educação, que só manda o professor e nada mais, não temos o suporte necessário para gerir esse programa como deveria, pela importância e pela valorização que ele tem aqui. As autoridades deveriam dar mais atenção. Não temos um local apropriado para trabalhar, as aulas são desenvolvidas em um barracão em estado precário, com divisórias de compensado para separar as turmas.

Bem como na análise feita por Rodrigues (2016, p. 108):

Os questionamentos quanto à infraestrutura também alertam para a indisponibilidade de livros didáticos aos alunos do SOME. Os relatos trouxeram a constatação de que a carência desse recurso no polo fazia com que os discentes precisassem se deslocar com seus próprios recursos financeiros para a cidade a fim de realizar trabalhos de pesquisa

A falta de recursos tanto físicos quanto pedagógicos, reflete em muito para a desmotivação de muitos alunos, além de prejudicar os demais. O que acaba contribuindo para o aumento da evasão, o que se tornou característica predominante no Sistema, tendo períodos com uma taxa maior de evadidos e épocas em que o índice diminuía. (Queiroz, 2010).

Juntamente à essas dificuldades, existe a necessidade inerente de que a maioria dos alunos do Projeto ingressem no trabalho desde cedo, seja por conta da cultura do trabalho local, transmitida através das gerações, ou resultante da necessidade em ajudar nas despesas familiares; “dado que o jovem estudante do SOME é, via de regra, estudante-trabalhador ou trabalhador-estudante”. (Rodrigues, 2016, p. 102)

Essa é uma realidade perceptível nas maiorias das localidades atendidas pelo SOME, e vivenciada por muitos alunos e alunas que não encontraram outra escolha além a de ter que abandonar os estudos. Mas ainda assim existem aqueles que conseguem superar as barreiras e concluem essa etapa importante em seu processo formativo, se constituindo como sujeitos e como cidadão de direitos na sociedade.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À vista do que foi exposto, conclui-se que o Sistema de Organização Modular de Ensino — SOME; surgiu como uma estratégia inovadora tendo a finalidade de suprir a falta da oferta do Ensino Médio no Pará e além deste, o Ensino Fundamental Maior, em Abaetetuba e em outras regiões interioranas do Estado.

E que, apesar das dificuldades e instabilidades encontradas no projeto, evidencia-se como de suma importância para as localidades por ele atendidas; gerando Educação e servindo como meio de garantir o direito e a oportunidade para os milhares estudantes do interior.

Entende-se que o projeto necessita de melhorias em vários aspectos. Mas reconhece a sua relevância ao oportunizar a cada ano que um grupo crescente de jovens conclua a Educação Básica e exerçam seus direitos à Educação, defendido por lei e assim se constituem como sujeitos e assim consigam ter seus direitos atendidos na sociedade.

## **7 REFERÊNCIAS**

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRASIL. INSS. Seguro Defeso - Portal Gov.br disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/seguero-defeso-entenda-o-beneficio-para-o-pescador-artesanal>. Acessado em: 09-06-2024.

MIRANDA, Claudia do Socorro Carvalho *et al*/ O SOME e a educação serpenteada entre ilhas e rios no município de Abaetetuba: vivências e práticas educativas. *In*: COSTA, Marina de Souza; OLIVEIRA, José Ribamar Lira de; NASCIMENTO; Sérgio Bandeira do. (org.). **Educação na Amazônia em Repertório de Saberes: O Sistema de Organização Modular de Ensino**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural de SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>. Acesso em: 07 jun. 2024.

MENDES. Jone Clebson Ribeiro; GAIA. Cléia Maria Leão. HISTORIANDO-NOS: O SOME como oportunidade, formação e resistência da identidade para alunos do campo sob a ótica dos egressos da Vila de Porto Grande, Cametá-Pará. *In*: COSTA, Marina de Souza; OLIVEIRA, José Ribamar Lira de; NASCIMENTO; Sérgio Bandeira do. (org.). **Educação na Amazônia em Repertório de Saberes: O Sistema de Organização Modular de Ensino**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

MOUTINHO. Manoel Viegas Campbell. Narrativas memorialísticas sobre a gênese do Sistema de Organização Modular de Ensino no Pará. *In*: COSTA, Marina de Souza; OLIVEIRA, José Ribamar Lira de; NASCIMENTO; Sérgio Bandeira do. (org.). **Educação na Amazônia em Repertório de Saberes: O Sistema de Organização Modular de Ensino**. Belém: Paka-Tatu, 2020.

OLIVEIRA, Ribamar. A origem do Sistema Modular na Terra do Folclore, nov. 2023. Disponível em: <https://ribaprasempre.blogspot.com/2023/11/a-origem-do-sistema-modular-na-terra-do.html>. Acesso em: 09 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ribamar. SOME: 30 anos de educação no campo, jul. 2010. Disponível em: <https://ribaprasempre.blogspot.com/2010/07/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

PARÁ. Lei nº. 7.806, de 29 de abril de 2014. Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará**. Belém, PA, 30 abr. 2014. Cad. 1, pp. 5-6.

QUEIROZ, Aldeíse Gomes. **O Sistema Modular De Ensino No Estado Do Pará: contribuição para o Desenvolvimento Educacional no município de Abaetetuba**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional). Universidade de Taubaté, Taubaté, 2010.

RODRIGUES, João Marcelino Pantoja. **NO ESPELHO DO RIO O QUE REFLETE E O QUE “SOME”?** O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na ótica de jovens egressos no município de Breves – Pará. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

TAVARES NETO, João Gomes. Instituído e instituinte em políticas públicas: o caso do SOME entre 1980-1998. *In*: COSTA, Marina de Souza; OLIVEIRA, José Ribamar Lira de; NASCIMENTO, Sérgio Bandeira do. (org.). **Educação na Amazônia em Repertório de Saberes: O Sistema de Organização Modular de Ensino**. Belém: Paka-Tatu, 2020.